

Muito boa tarde a todas e a todos.

O exercício que eu aqui trago é um pouco irónico, porque parte de um pressuposto, não parte de pressuposto. O ponto de partida é uma afirmação um pouco grave, mas pelos dados que tenho disponíveis parece que há sustentabilidade, parece que há razões e motivos para fazer esta afirmação e a afirmação é a seguinte: «A democracia não existe», e portanto aquilo em que nós vivemos e aquilo que experimentamos no dia-a-dia leva-nos em muitas circunstâncias a colocar a seguinte questão: que democracia é esta que parece tão pouco democrática?

E porque é que esta democracia parece tão pouco democrática? A resposta que eu dou é justamente esta: a democracia não existe por uma razão simples. O conceito de democracia é composto por duas dimensões: uma dimensão valorativa bastante forte e que define um horizonte, isto é, é um conceito de limite no sentido de limite matemático, é algo que define um horizonte para o qual tendemos, mas provavelmente nunca o conseguiremos atingir ou esse ideal.

Em todo o caso é um facto de há 25 séculos para cá conseguiu-se materializar e concretizar de forma mais aproximada uma ordem que se chega ao ideal democrático, mas ainda assim a ideia é que permanecemos relativamente afastados desse horizonte. E uma das dimensões constitutivas da democracia é justamente esta tensão interna entre um enunciado, que está muito para além daquilo que existe, e, digamos, que de algum modo serve simultaneamente como elemento de exigência em relação ao Estado ou à forma organizada de Estado ou a forma de organização política que existe e que serve também como elemento de suporte e de demanda das exigências da sociedade civil e dos cidadãos em relação aos poderes constituídos.

Dito isto queria ainda acrescentar uma coisa que tem a ver com o plano onde eu vou concentrar a minha atenção. Qualquer ordem política resulta do modo como se encontram vertidos em instituições dois princípios: o princípio da legitimidade e o princípio da governabilidade e, digamos, as ordens democráticas ou as ditas democracias existem tensas justamente nos dois planos. Tanto ao nível da questão da legitimidade, quanto ao nível da questão da governabilidade.

Há problemas de legitimidade que tem a ver como é que se constituem os poderes e que eficácia é que têm ou não têm os mecanismos de responsabilização política; se são funcionais ou não. E são também os problemas da governabilidade que estão relacionados com o facto de ser difícil concretizar pautas políticas desejadas ou seja porque há pressão de poderes políticos não constituídos e difusos ou não difusos e, portanto, neutralizam ou obstam acção do Estado, seja por via das pressões da opinião pública. Ou seja: há problemas de governabilidade tanto por bons como por maus motivos, perspectivados a partir de um ideal de democracia.

Logo, uma sensação que cresce nas sociedades contemporâneas onde existem as ordens democráticas, onde se experimentam as ordens democráticas, é justamente a sensação de um desassossego democrático, quer dizer a democracia parece saber a pouco e a cumprir-se pouco enquanto democracia. Assim, aquilo que ainda parece ser necessário dentro destas democracias, porque são ordens relativamente abertas, é justamente não

perder de vista o sentido de horizonte inscrito no conceito de democracia e é de algum modo recorrer continuamente a exercícios de auditoria da qualidade da democracia que existe ou da democracia que é possível existir em cada momento.

Não é por acaso que esta sensibilidade em relação à qualidade das democracias existentes se intensificou nos últimos tempos. Historicamente não existia muito esta sensibilidade para discutir muito por dentro, pelo menos por forma tão generalizada, a qualidade dos regimes existentes. Sobretudo por um motivo que é a existência do negativo da democracia. Havia a ditadura e havendo a ditadura era fácil definir o que era a democracia, sendo esta o oposto da ditadura. Só que entretanto os regimes que corporizavam as ditaduras foram colapsando, de algum modo, e portanto todos conhecem aquela célebre tese do Fukuyama, não é, dizendo que tínhamos chegado ao fim da história, estávamos no patamar último e onde a democracia representativa seria um dos dispositivos que constituíam esse limiar último de hipótese de humanização da humanidade.

É sobretudo neste momento de viragem que as democracias se viram para dentro de si mesmo e se passam a analisar como e a observar com um sentido, em termos genéricos, muito mais críticos. Não é que elas não o fizessem já. O certo é que a partir de determinado momento intensifica-se claramente essa atenção e ao nível dos estudos, por exemplo no plano da Ciência Política isso verifica-se também, no sentido em que uma certa tradição de estudos sobre como é que se processava a transição à democracia foi sendo substituída por uma nova corrente ou por uma nova tendência muito mais preocupada, justamente em avaliar as performances e as propriedades que constituem as ditas democracias.

Chegados aqui, há um conjunto de instrumentos que podem ser utilizados para aferir ou mensurar a qualidade da democracia. Entre outros indicadores possíveis, é justamente a confiança que se tem nas instituições políticas. A democracia tem uma característica particular, que é esta: os poderes são constituídos através, não apenas na eleição, mas sobretudo por via da eleição, o que quer dizer que aqueles que vão assumir o poder são reconhecidos e admitidos por aqueles sobre os quais esse poder vai ser exercido.

Na prática, o poder transforma-se em autoridade justamente no instante em que os cidadãos admitam que determinados elementos exerçam poder sobre eles e, portanto, a transformação deste poder em autoridade é justamente uma das marcas de água, pelos métodos, e, no contexto de liberdade, é uma das marcas de água da democracia e da forma democrática e neste sentido dar atenção à confiança que os cidadãos têm ou não têm nas instituições é importante, porque permite perceber em que estado está essa legitimidade ou essa legitimação, porque tal como a democracia não é um dado adquirido, é um processo, a legitimidade das ordens políticas também é um processo, também é algo que tem uma dinâmica inscrita em si. Portanto se dermos alguma atenção a alguns indicadores, entre eles a questão da confiança nas instituições, podemos conseguir ir sentido o estado ou a qualidade das democracias. E o que é que se verifica ou o que é que os vários estudos, e estou-me a reportar sobretudo a estudos baseados em aplicação de inquéritos por questionário a amostras representativas da população portuguesa, mas também de outros países têm revelado?

Têm revelado que existe um nível de confiança relativamente baixo em relação às instituições políticas e à generalidade das instituições políticas e em particular em relação ao Parlamento, ao Governo, aos partidos políticos e aos políticos.

É evidente que uma parte da equação da confiança nas instituições políticas está relacionada com a avaliação que se faz da performance destas instituições, e portanto uma parte desta confiança ou desconfiança em relação às instituições pode ter uma dimensão mais circunstancial ou conjuntural e não decorrer do facto das pessoas aderirem ou não ao regime democrático.

E o que é que se tem observado na generalidade destes estudos? Primeiro é que os resultados para Portugal não são significativamente diferentes ou tão diferentes de outros países da União Europeia, alguns deles com histórias de ordem democrática muito mais longa do que a nossa. Uma parte significativa da confiança está relacionada com aquilo a que se pode chamar integração social e política. São as pessoas com maiores índices de escolaridade, que fazem parte da população activa, que estão casadas ou que vivem maritalmente e com maior frequência de práticas religiosas, ou com maior envolvimento associativo, que tendem a confiar mais nas instituições políticas do que quem não tem este perfil.

Uma outra dimensão que tem mais ou menos o mesmo peso, mas tende a ter um peso relativamente superior a esta que tem a ver com a integração social, que é a integração política. O interesse que as pessoas têm pela política, a intensidade com que estão expostas aos *media* que veiculam conteúdos informativos sobre política, a proximidade ou não proximidade a um partido político, isto são também factores que tendem a induzir confiança nas instituições. Portanto, quanto maior for a implicação das pessoas e o interesse das pessoas pela política, maior tende a ser também a confiança que elas tendem a ter nas instituições.

E depois há ainda uma outra dimensão que tem justamente a ver com a análise, com a avaliação que as pessoas fazem com a performance das instituições ou com a avaliação funcional das instituições políticas e esta dimensão é que é mais variável, pelo menos no peso das explicações que vamos conseguindo obter através de alguns ensaios estatísticos e relativamente sofisticados. Quando há uma certa efervescência política esta dimensão tende a gerar mais efervescência política e que resulta de crises, esta dimensão avaliativa mais circunstancial e conjuntural tende a ter um maior peso na explicação da desconfiança em relação às instituições. Em períodos de grande estabilidade ou de menor efervescência, esta dimensão tende a diminuir. Em todo o caso, um dos indicadores mais relevantes que habitualmente sobressaem, ou que têm saliência nesta dimensão, é justamente a avaliação que os sujeitos fazem, que os inquiridos fazem, sobre a sua situação económica. Não é da situação do país é da sua. Portanto, a referenciação em relação, a equação da confiança nas instituições está muito dependente dos resultados ou dos benefícios ou dos não prejuízos que o indivíduo sente que resultam da acção política. E, portanto, e para tentar fechar isto e tentar dar aqui alguns indicadores mais objectivos, mais concretos, o que é que se pode dizer destes 30 anos de experiência com perfil democrático ou com intenção democrática, o que se pode dizer, porque há resultados para isto. Um dos problemas que temos em Portugal é, digamos, não ter tendências muito longas de estatísticas ou de resultados decorrentes deste tipo de

estudos, que nos permitam fazer um acompanhamento ou uma monitorização mais regular e mais extensa destes fenómenos. O que posso dizer é que, e porque tenho duas balizas de tempo aqui, em 1985, 77 por cento dos inquiridos revelaram-se simultaneamente adeptos da democracia, aderentes à democracia, achavam de facto que a democracia era o melhor que qualquer outro regime e estavam satisfeitos com a performance da democracia; 9 por cento revelavam-se aderentes à ideia da democracia, mas não estavam satisfeitos com a *performance* dessa democracia; e tínhamos 15 por cento de não-democratas, mais ou menos repartidos entre satisfeitos e insatisfeitos.

O que temos nós em 2002? Primeiro, temos uma redução significativa dos não democratas, tinham em 85 um peso de 15 por cento, em 2002 aqueles que ainda assim acham que a democracia não é o melhor dos sistemas anda na ordem dos cinco por cento. Há aqui, neste sentido, uma evolução que se pode considerar, que é positiva à luz do ideal democrata, mas temos depois os outros dados em relação aos democratas, aos democratas satisfeitos e aos insatisfeitos. Se em 85, 77 por cento se revelavam democratas insatisfeitos, em 2002 esta percentagem baixa para 53 por cento e se em 85 tínhamos 9 por cento de democratas insatisfeitos, isto é, sujeitos que aderiam à ideia da democracia, mas que sentiam que a *performance* do regime ainda assim não era grande coisa, esta percentagem em 2002 é de 41 por cento.

E isto faz luz sobre ou permite abrir uma porta para um outro tipo de consideração: se esta insatisfação for o resultado de um nível relativamente baixo de integração social e de integração política, se estes níveis baixos de integração social e política se tenderem a reproduzir, o que se está a aqui a gerar é uma percentagem bastante significativa de sujeitos que são sobretudo espectadores da democracia. Se forem espectadores, porque é um perfil de sujeitos que a literatura de Ciência Política e da Sociologia Política tem considerado de desafectos em relação à política, são personagens, são sujeitos relativamente apáticos e abúlicos, isto é, que tendem em não estar num horizonte mais próximo de hipótese de mobilização. Estão de facto fora e tendem a ser esquecidos, porque depois não participam politicamente, nem através das formas convencionas nem através das formas não convencionais. O desinteresse pela política é muito grande, o sentimento de impotência ou de incompetência política, isto é a sensação de que a política é muito complicada e que eles não percebem nada ou que o facto de participarem não tem nenhum efeito prático é também relativamente grande nestes segmentos.

O nível de exposição ou de acompanhamento através dos *media* é muito baixo e em Portugal este segmento, pelos dados que têm vindo a ser registados, tem demonstrado que se tende a consolidar e, mais do que isso, tende a ter uma dimensão entre um quarto ou um terço do nosso universo eleitoral. Geralmente estas sondagens são aplicadas a população com 18 ou mais anos. E, portanto, o que temos aqui são democracias que tendem a produzir, ou pelo menos a consentir, excluídos dentro de si. Excluídos no plano político, não são apenas excluídos políticos, porque no plano de capacidades cívicas e de intervenção cívica estes segmentos também estão penalizados. Os recursos que eles têm e que podem mobilizar são relativamente escassos, e, portanto, quando há pouco fazia aquela afirmação um pouco provocatória de que a democracia não existe, eu reforço aquele instante que vou manipulando estes dados e vou olhando para estes dados e lendo a bibliografia, esta convicção de facto, é que a dimensão analítica do conceito de democracia, isto

é, a sua dimensão mais descritiva tende a ser claramente deficiente para conseguir reportar de facto aquilo que existe.

Se as democracias que existem são isto, ainda estão muito longe do tal ideal democrático que está desenhado e, portanto, ainda há muito caminho para andar. No caso português, a situação parece-me relativamente mais complicada do que noutros contextos, porque justamente estes níveis de integração social e de integração política são significativamente baixos, pelo menos nalguns segmentos da população e, portanto, a tal hipótese da sociedade civil se mobilizar ou de se automobilizar, dentro do seu quadro de autonomia e por si ser capaz de compensar algumas deficiências de acção política ordinária, guereada por via dos instrumentos do Estado, será difícil. Isto é a sociedade civil que temos que é também relativamente débil.

O apelo que se possa fazer à cidadania tem alguns limites e as nossas democracias e, em particular a democracia portuguesa, têm tido alguma dificuldade em serem capazes de se reanimar por dentro e de se revitalizar por dentro. E esse é talvez um dos seus pontos mais críticos, a incapacidade para produzir democratas e a democracia só existe com democratas. E há já um número significativo de pessoas que tem a sensação que a democracia existe por si, o que quer dizer não existe por si, precisa de ser sustentada com democratas através da participação e o que nós temos hoje e que funciona relativamente bem são de facto as instituições, pelo menos funcionam melhor que outros parâmetros que nós possamos considerar.

Só que estas instituições necessitam de um suporte, necessitam de ser preenchidas e o que as preenche é demasiado volátil e parece não estar muito ancorado em materialidades com orientação democrática.

Os perfis sociais que apresentam padrões de cultura política de súbdito e não de cultura política cívica são relativamente latos. Como eu vos disse, anda entre 25 por cento a 33 por cento do universo de inquiridos, é muita gente, a democracia que existe é a democracia que existe por uma parte de nós. E os que estamos aqui, estamos preocupados e somos alguns dos beneficiários imediatos dessa democracia. Depois, existe o outro lado, uma espécie de *dark side*, onde eles estão, mas quem são eles? Eles deviam estar cá dentro desta democracia, deviam estar mais perto, deviam ser visíveis, deviam de ser capazes de intervir e de participar e não me parece que isso aconteça, pelo menos, na medida em que isso seria desejável no que respeita à luz do ideal democrata, tal como é enunciado por vários autores.